

TRF 6ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CEBRASPE

Enunciado 1 a 5: Em relação às disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, julgue o item.

1. Quando a autoridade coatora for magistrado ou magistrada de primeiro grau, é das Turmas a competência para processar e julgar habeas corpus, dentro da respectiva área de especialização, enquanto a competência para processar e julgar as revisões criminais dos julgados de primeiro grau pertence às Seções.

Gabarito: Certo.

2. Ao integrante do Tribunal que exercer a Vice-Presidência e Corregedoria Regional incumbe exercer as atividades de correição da Justiça Federal de primeiro grau, bem como fiscalizar e superintender as atividades relativas ao aperfeiçoamento, à disciplina e à estatística forense de primeiro grau, adotando, desde logo, as medidas adequadas à eliminação de erros e abusos

Gabarito: Certo.

3. Nas sessões do Plenário, de Seção e de Turma, os processos em mesa, excetuados os mandados de segurança, deverão ser informados à Presidência do órgão julgador com antecedência mínima de vinte e quatro horas da sessão. Os processos conexos devem ser preferencialmente objeto de julgamento conjunto.

Gabarito: Errado.

4. As questões preliminares serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo se incompatível com a decisão daquelas. Quando a preliminar versar nulidade suprável, deverá o titular da relatoria prosseguir em seu enfrentamento se possível na mesma sessão de julgamento.

Gabarito: Errado.

5. Terão prioridade no julgamento do Plenário, das Seções e das Turmas causas criminais e, entre elas, as de réu preso, processos ou recursos nos quais figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos ou portadora de doença grave.

Gabarito: Certo.

Enunciado 6 a 11: **Situação hipotética:** A advogada Marta Nogueira representa um cliente em um processo que será julgado no Tribunal Regional Federal da 6ª Região em uma sessão virtual. Ela é notificada via sistema eletrônico cinco dias úteis antes da sessão. Durante a sessão, que terá duração de cinco dias, o relator, Desembargador Fernando Silva, inclui o relatório e o voto no sistema eletrônico do Tribunal. Ao verificar os autos, Marta percebe que precisa apresentar esclarecimentos sobre fatos do processo e, por isso, decide enviar memoriais aos julgadores. Ela também quer solicitar uma sustentação oral, mas o julgamento está marcado para ocorrer apenas no ambiente virtual. Decidida, Marta opõe-se ao julgamento virtual e solicita sustentação oral presencial, fundamentando seu pedido. Durante o andamento da sessão a Desembargadora Lea Borges diverge parcialmente do voto do relator, declarando seu voto diretamente no sistema. Além disso, um pedido de vista é feito pelo Desembargador Horácio Dias, adiando o julgamento para a próxima sessão. Marta decide enviar uma sustentação oral gravada em áudio e vídeo.

6. Marta recebeu a notificação para a sessão virtual sem a antecedência mínima prevista no Regimento Interno do TRF-6.

Gabarito: Errado.

7. O relator, Desembargador Fernando Silva, poderia alterar o seu voto até o final da sessão virtual, desde que comunicasse aos demais julgadores.

Gabarito: Certo.

8. Para solicitar uma sustentação oral presencial, Marta precisaria se manifestar até o penúltimo dia útil anterior ao início da sessão virtual, fundamentando sua oposição ao julgamento virtual.

Gabarito: Certo.

9. Durante a sessão, a Desembargadora Lea Borges registrou sua discordância parcial com o voto do relator diretamente no sistema, desrespeitando os procedimentos de manifestação em sessão virtual.

Gabarito: Errado.

10. Caso o Desembargador Horácio Dias devolva o processo com pedido de vista antes da próxima sessão ordinária, o julgamento poderá ser retomado em ambiente virtual, sem que isso implique necessidade de nova inclusão em pauta.

Gabarito: Certo.

11. Marta pode enviar uma sustentação oral gravada em áudio e vídeo, desde que siga as especificações de formato, tempo máximo e resolução definidas pelo Tribunal.

Gabarito: Certo.

Enunciado 12 a 25: Consoante o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, julgue o item.

12. Há, no Tribunal, três comissões permanentes, a Comissão de Regimento, a Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas e a Comissão de Direitos Humanos.

Gabarito: Errado.

13. Na promoção por antiguidade, a magistrada ou magistrado mais antigo que manifestar interesse será indicado para nomeação. Somente poderá haver recusa do Tribunal à indicação mediante voto fundamentado de três quintos de seus integrantes.

Gabarito: Errado.

14. Tratando-se de lista tríplice única para vaga de merecimento da magistratura ou vaga do quinto constitucional, cada integrante do Tribunal, no primeiro escrutínio, votará em três nomes. A lista será formada pelos três candidatos que obtiverem maioria absoluta dos votos do Tribunal, no primeiro ou subsequentes escrutínios.

Gabarito: Certo.

15. Far-se-á a livre distribuição entre todos os integrantes do Tribunal, inclusive os ausentes, licenciados ou afastados a qualquer outro título. A prevenção implicará a necessária compensação na distribuição em favor do integrante prevento. A prevenção, se não for reconhecida de ofício, poderá ser arguida por qualquer das partes ou pelo Ministério Público Federal.

Gabarito: Certo.

16. Da publicação do expediente de cada processo constará, além do nome das partes, sem abreviaturas, o de seu advogado. Sendo o processo sigiloso, nele constarão as iniciais dos nomes das partes bem como o nome de pelo menos um de seus advogados ou apenas da respectiva sociedade.

Gabarito: Certo.

17. O requerimento dos benefícios da assistência judiciária no Tribunal deve ser apresentado exclusivamente ao titular da relatoria do processo, e prevalecerá, no Tribunal, a assistência judiciária já concedida em outra instância, que poderá ser revista na presença de elementos de convicção diversa.

Gabarito: Errado.

18. Caberá agravo interno sem efeito suspensivo, a ser julgado pelo Plenário, da decisão proferida nas ações penais originárias que arbitrar ou denegar fiança, decretar ou denegar pedido de prisão preventiva, recusar a produção de qualquer prova ou a realização de qualquer diligência e denegar habeas corpus.

Gabarito: Errado.

19. A correição parcial visa à emenda de erros ou abusos que importem a inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, dentre outros objetivos. Recebido o pedido de correição parcial, a Corregedoria Regional poderá determinar a notificação da magistrada ou do magistrado requerido para exclusivamente prestar informações no prazo de dez dias.

Gabarito: Errado.

20. Julgando procedente a reclamação, o Tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.

Gabarito: Certo.

21. Os atos de execução competem à Presidência das Seções e das Turmas, quanto a suas decisões acautelatórias ou de instrução e direção do processo.

Gabarito: Errado.

22. O Tribunal deve uniformizar a sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, utilizando-se, para tanto, dentre outros procedimentos, do incidente de assunção de competência e de reclamações constitucionais.

Gabarito: Errado.

23. Cabe sustentação oral na sessão de julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.

Gabarito: Certo.

24. O Ministério Público Federal, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União poderão pedir preferência para julgamento de processo em pauta, fazer sustentações orais, quando cabível, e esclarecer matéria de fato, quando necessário.

Gabarito: Certo.

25. A proposta de emenda regimental que não tiver origem na Comissão de Regimento será a ela previamente encaminhada para parecer conclusivo, escrito e indispensável no prazo de noventa dias, que pode ser reduzido em casos urgentes.

Gabarito: Errado.